



EDIÇÃO ESPECIAL
CADERNO OPINIÃO

FUNDAMENTOS DE PETROPOLÍTICA 3: *Conflitos e chokepoints: tensões, protecionismo* e o vácuo de cooperação internacional

AUTORA
Fernanda Delgado

junho.2020

DIRETOR

Carlos Otavio de Vasconcellos Quintella

ASSESSORIA ESTRATÉGICA

Fernanda Delgado

EQUIPE DE PESQUISA

Coordenação Geral

Carlos Otavio de Vasconcellos Quintella

Superintendente de Relações Institucionais e Responsabilidade Social

Luiz Roberto Bezerra

Superintendente de Ensino e P&D

Felipe Gonçalves

Coordenação de Pesquisa

Magda Chambriard

Pesquisadores

Acacio Barreto Neto

Adriana Ribeiro Gouvêa

Ana Costa Marques Machado

Angélica Márcia dos Santos

Carlos Eduardo P. dos Santos Gomes

Gláucia Fernandes

Marina de Abreu Azevedo

Priscila Martins Alves Carneiro

Thiago Gomes Toledo

Estagiária de Pesquisa

Melissa Prado

PRODUÇÃO

Coordenação

Simone C. Lecques de Magalhães

Execução

Beatriz Azevedo

Thatiane Araciro

Diagramação

Bruno Masello e Carlos Quintanilha



EDIÇÃO ESPECIAL CADERNO OPINIÃO

FUNDAMENTOS DE PETROPOLÍTICA 3

INTRODUÇÃO

Segundo Thomas Friedman (2009)¹, a Primeira Lei da Petropolítica propõe que: o preço do petróleo e o ritmo da liberdade sempre se movem em direções opostas nos Estados ricos em hidrocarbonetos. De acordo com essa lei, quanto mais alto o preço médio global do petróleo, mais corroídos a liberdade de expressão, a imprensa livre, as eleições livres e justas, o judiciário independente, o Estado de direito e os partidos políticos independentes. Essas

tendências negativas são reforçadas pelo fato de que, quanto mais alto o preço, menos sensíveis os líderes de países petrolíferos ao que o mundo pensa ou diz sobre eles.

Por outro lado, ainda de acordo a mesma lei, quanto menor o preço do petróleo, mais esses Petro-Estados são forçados a avançar em direção a um sistema político e a uma sociedade mais transparente, mais sensível às vozes da oposição e mais focada na construção da lei e estruturas educacionais que maximizarão a capacidade de seus funcionários, homens e mulheres, de competir, abrir novas empresas e atrair investimentos do exterior. Quanto mais baixo o preço do petróleo, mais líderes petrolíferos são sensíveis ao que as forças externas pensam deles.

Torna-se fácil observar que o primeiro Estado do Golfo Árabe a realizar eleições livres e justas, nas quais as mulheres poderiam concorrer e votar, e a revisar inteiramente suas leis trabalhistas para tornar seu próprio povo mais empregável e menos dependente de mão-de-obra importada foi

¹ <https://foreignpolicy.com/2009/10/16/the-first-law-of-petropolitics/>

o Bahrein. O Bahrein foi o primeiro Estado do Golfo a ficar sem petróleo. Foi também o primeiro da região a assinar um acordo de livre comércio com os Estados Unidos. Entretanto, não se trata de uma coincidência. Notadamente, analisando o mundo árabe, em especial os ativistas da democracia popular no Líbano empurrando tropas sírias para fora de seu país, a questão que emerge é: trata-se de um acidente que a primeira e única democracia real do mundo árabe não tenha uma gota de óleo?

Neste “Fundamentos de Petropolítica III”, pretende-se discutir dois pontos fundamentais ao entendimento das relações de poder entre os Estados grandes produtores de petróleo:

- os principais conflitos que envolvem as questões de acesso ou passagem de óleo e gás por territórios estratégicos, as abordagens geopolíticas que buscam, na teoria realista das Relações Internacionais, algum nível de compreensão e cooperação entre estes Estados, e visam

abordar se a pandemia da Covid-19 intensifica ou arrefece, em alguma medida, estes conflitos; e,

- a análise dos principais gargalos físicos navegáveis, ou choke points, por onde passam grande parte do comércio internacional de petróleo e as consequências de seus estreitamentos.

Essa é nossa contribuição.

1. ESPAÇOS DE PODER, TENSÕES E ARTIFICIALISMOS GEOESTRATÉGICOS

Parece que se experimenta no mundo hoje uma transição para uma configuração de poder global onde há, por um lado, os EUA como potência mais estabelecida, e, por outro, atores tratando de projetar e influenciar dentro e fora de suas regiões. Há uma ascensão da China, a clara influência demográfica indiana, a Rússia, ator essencial em vários jogos geopolíticos, não apenas no seu espaço de influência tradicional, que é a ex-União Soviética, mas



² <https://www.crisisgroup.org/global/10-conflicts-watch-2020>

também no Oriente Médio, cada vez mais na América Latina, sobretudo em torno da Venezuela, e na África.

Mesmo que possa parecer antigo e ultrapassado, é importante destacar que ainda na contemporaneidade, a ocorrência humana é impulsionada por energia e conflitos, e muitas das vezes conflitos por energia (por acesso a vetores energéticos) confinada a espaços geoestratégicos.

Segundo o Internacional *Crisis Group*², os conflitos locais servem como espelhos para as tendências globais. A maneira como eles inflamam, desdobram, persistem e são resolvidos refletem mudanças nas relações das grandes potências, na intensidade de sua competição e na amplitude das ambições dos atores regionais. Eles destacam questões pelas quais o sistema internacional é obcecado e aquelas pelas quais é indiferente. E o petróleo, como principal energético da matriz mundial, ainda é uma obsessão. Hoje, essas guerras contam a história de um sistema global capturado no início de uma mudança radical, de líderes regionais encorajados e assustados com as oportunidades que essa transição apresenta.

Somente o tempo dirá quanto do unilateralismo transacional dos EUA, desprezo pelos aliados tradicionais e flerte com os rivais tradicionais permanecerá - e quanto desaparecerá com a presidência de Donald Trump. Importante frisar que tem sido dado pouco destaque a que esta crise de crises – pandemia, recessão econômica, desgaste do tecido social nos grandes centros urbanos – acontece na época eleitoral da nação mais influente da atualidade. Um possível novo governo norte-americano mais previsível e racional no âmbito das relações internacionais e da cooperação, traria contornos completamente diferentes ao manejo dessa pandemia.

Ainda assim, os papéis de outras grandes potências também estão mudando. Como já mencionado, a China exhibe a paciência de uma nação confiante em sua

influência crescente, mas não tem pressa em exercê-la completamente. Ela escolhe suas batalhas, concentrando-se em prioridades autoidentificadas: controle doméstico e supressão de possíveis dissidentes; e, os mares do sul e leste da China. Trata-se de um jogo longo e paciente de uma sociedade milenar, de modo que a formulação de sua política externa esteja intimamente ligada à manutenção do regime do Partido Comunista da China.

A Rússia, por outro lado, mostra a impaciência de uma nação agradecida pelo poder que essas circunstâncias incomuns trouxeram e ansiosa por reivindicá-lo antes que o tempo acabe. A política externa de Moscou é oportunista - buscando transformar as crises em vantagem. Retratando-se como um parceiro mais verdadeiro e mais confiável do que as potências ocidentais, apoia alguns aliados com suporte militar direto, enquanto envia contratados particulares para a Líbia e a África Subsaariana para sinalizar sua crescente influência.

Para todos esses poderes, a prevenção ou resolução de conflitos traz um valor inerentemente escasso. Eles avaliam as crises em termos de como eles podem promover ou prejudicar seus interesses e como eles podem promover ou prejudicar os de seus rivais. A Europa pode ser um contrapeso, mas, exatamente no momento em que precisa entrar em conflito, está lutando contra a turbulência doméstica, a discórdia entre seus líderes e uma preocupação singular com o terrorismo e a migração, que muitas vezes distorcem as políticas.

As consequências dessas tendências geopolíticas podem ser mortais. A fé exagerada na assistência externa pode distorcer os cálculos dos atores locais, empurrando-os para posições intransigentes e incentivando-os a cortejar perigos aos quais eles acreditam ser imunes. Na Líbia, uma crise corre o risco de metástases perigosas, enquanto a Rússia intervém em nome de um general rebelde que marcha na capital. Os EUA enviam mensagens confusas, a

Turquia ameaça vir em socorro do governo e a Europa - a poucos passos de distância - mostra impotência em meio a brechas internas. Na Venezuela, a obstinação do governo, alimentada pela fé de que Rússia e China vão amortecer sua queda econômica, colide com a falta de realismo da oposição, alimentada pelos EUA com sugestões de que derrubarão o presidente Nicolás Maduro.

Movendo-nos por espaços geoestratégicos relacionados à energia, abaixo descrevem-se alguns dos pontos de tensão mundial que encerram conflitos locais, disputas por territórios com altas potencialidades de hidrocarbonetos e que acabam, por sua vez, corroborando, na maioria das vezes, com a primeira lei da petropolítica, de baixo desenvolvimento socioeconômico.

A. Ártico: novas rotas, velhos atores

Se nenhuma ação for tomada em relação às mudanças climáticas, e as temperaturas globais continuarem aumentando, por volta de 2030, o derretimento do Ártico durante o verão abrirá novas e interessantes rotas de navegação.

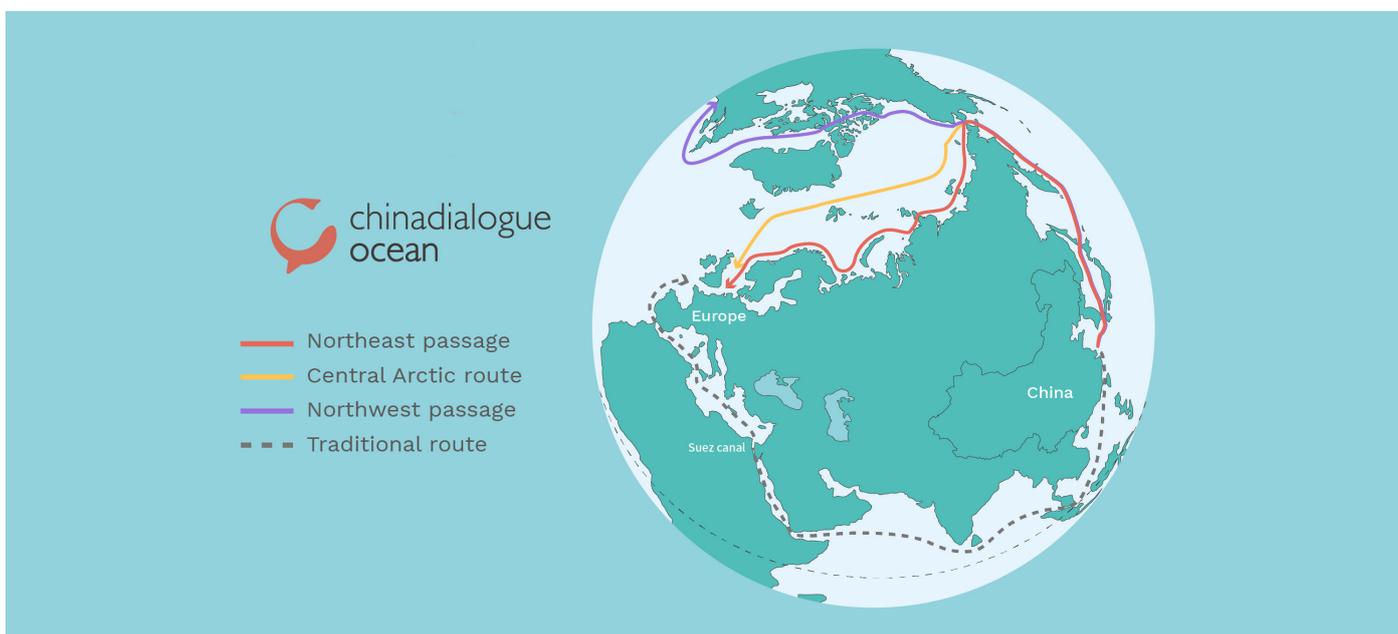
São três passagens importantes de circunavegação (Figura 1):

- O caminho sinalizado em vermelho – *the northeast passage*, ou passagem nordeste, que circula a Eurásia;
- O caminho sinalizado em roxo – *the northwest passage*, ou passagem noroeste, em torno da América do Norte;
- A rota destacada em amarelo – *central arctic route*, ou rota central do ártico, a rota convencional ligando a estreita (e estratégica) passagem do norte da China à Europa.

Essas novas rotas possibilitam à China caminhos mais curtos e, por conseguinte, mais econômicos, sendo uma alternativa às rotas correntes via Oceano Índico e via Canal de Suez de acesso à Europa.

Atualmente, apenas três países produzem petróleo e gás ao norte do Círculo Polar Ártico: EUA (Alasca), Rússia e Noruega. A produção pode se expandir para outras nações do Ártico no futuro. Canadá, Finlândia, Islândia, Reino da Dinamarca (Groenlândia), Noruega, Rússia e Estados Unidos trocam informações, melhores práticas e experiências

Figura 1: novas rotas possibilitadas pelo degelo do ártico



Fonte: China Dialogue Ocean, 2020

regulatórias por meio do Fórum do Ártico para Reguladores *Offshore*.

O derretimento desse oceano também torna mais acessível às abundantes reservas de óleo e gás do Ártico, exploradas por diversas companhias petrolíferas atualmente, sob a iniciativa russa. A China, já ciente da preponderância e do conhecimento russo da região, assim como das possibilidades e oportunidades que o derretimento ártico proporcionará, já externou sua preocupação em relação às questões de protecionismo e desenvolvimento de longo prazo, e o equilíbrio de interesses de forma sustentável na região, visando estender sua influencia.

Pela teoria realista das Relações Internacionais, segundo a qual os Estados buscam atender seus interesses definidos em termos de poder, EUA e Rússia buscam aumentar suas reservas naturais, disputam o controle do acesso às rotas marítimas e elevam o seu grau de preparação militar no Ártico, aumentando assim o seu poder nacional na região.

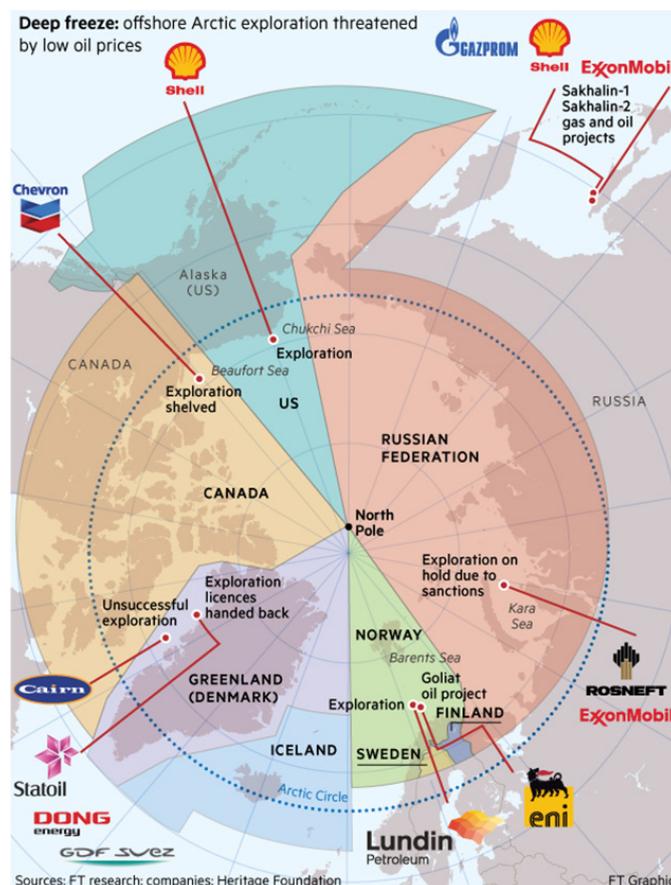
Em termos de hidrocarbonetos, estima-se que o Ártico tenha 90 bilhões de barris de petróleo que ainda não foram descobertos. Isso é igual a 5,9% das reservas de petróleo conhecidas no mundo - cerca de 110% das reservas de petróleo atuais da Rússia ou 339% das reservas dos EUA.

Para o gás natural, o potencial é ainda maior: o Ártico tem um número estimado de 1.669 trilhão de pés cúbicos de gás, igual a 24,3% das atuais reservas conhecidas do mundo. Isso é igual a 500% das reservas dos EUA, 99% das reservas da Rússia ou 2.736% das reservas de gás natural do Canadá. A maioria desses recursos de hidrocarbonetos, cerca de 84%, deve ficar no mar.

A atividade exploratória na região não é trivial. Há um interesse global na exploração de recursos de

hidrocarbonetos no Ártico há décadas, já com presença das principais companhias petrolíferas na região (Figura 2). No entanto, os recentes baixos preços do petróleo, uma agenda climática com economia de baixo carbono e os desafios técnicos da extração de petróleo do Ártico reduziram o interesse por esses recursos. Apesar da recente relutância em explorar e desenvolver uma indústria de perfuração no Ártico, um ressurgimento dos preços de petróleo pode despertar novos interesses que podem representar riscos inaceitáveis de poluição e derramamentos de óleo. Esses riscos são ainda agravados por questões complexas de governança e soberania entre nações circumpolares.

Figura 2: prospectos de óleo e gás no Ártico



Fonte: <https://mondediplo.com/maps/pipelines200505>

Vale mencionar também que existem inúmeros metais e minerais, incluindo ouro, diamantes, cobre, ferro, zinco e urânio. No entanto, não é fácil chegar a isso. Iniciar uma mina no Ártico pode ser um iceberg de custos: temporadas curtas de expedição, degelo contínuo, pântanos no verão, ursos polares e temperaturas de 50 graus negativos tornam o Ártico difícil de ser econômico.

B. Síria: rotas de escoamento para o Mediterrâneo

A guerra na Síria entrou no 10º ano, com o regime do ditador Bashar al-Assad consolidando seu controle sobre um país devastado pela guerra, com uma economia dizimada e sob a intervenção de potências estrangeiras com interesses divergentes.

Recep Tayyip Erdogan, Presidente da Turquia, antes da Primavera Árabe, era aliado estratégico de Bashar al-Assad. Em 2009, o Qatar propôs ao governo Sírio a construção de um gasoduto que atravessaria Arábia Saudita, Jordânia e Síria até a Turquia e de lá abasteceria a Europa. Isso reduziria a dependência europeia do gás russo e ampliaria as oportunidades das indústrias destes países de exportar óleo e gás para a Europa. Assim, durante longo tempo, o governo de Erdogan se tornou um dos maiores investidores na Síria.

Contudo, devido à inclusão da Síria na lista da Doutrina Bush³ como patrocinadora do terrorismo internacional, Erdogan acreditou que Assad teria o mesmo destino que Ben Ali, na Tunísia, Hosni Mubarak, no Egito, e Kadafi, na Líbia, rompendo a aliança estratégica logo

no início da Primavera Árabe. Além disso, Assad estava em via de concretizar outra proposta de parceria: uma nova rota de gasoduto que atravessaria o Irã, o Iraque e a Síria. O que Erdogan não considerou foi a possibilidade de que Putin interviria em favor de Assad.

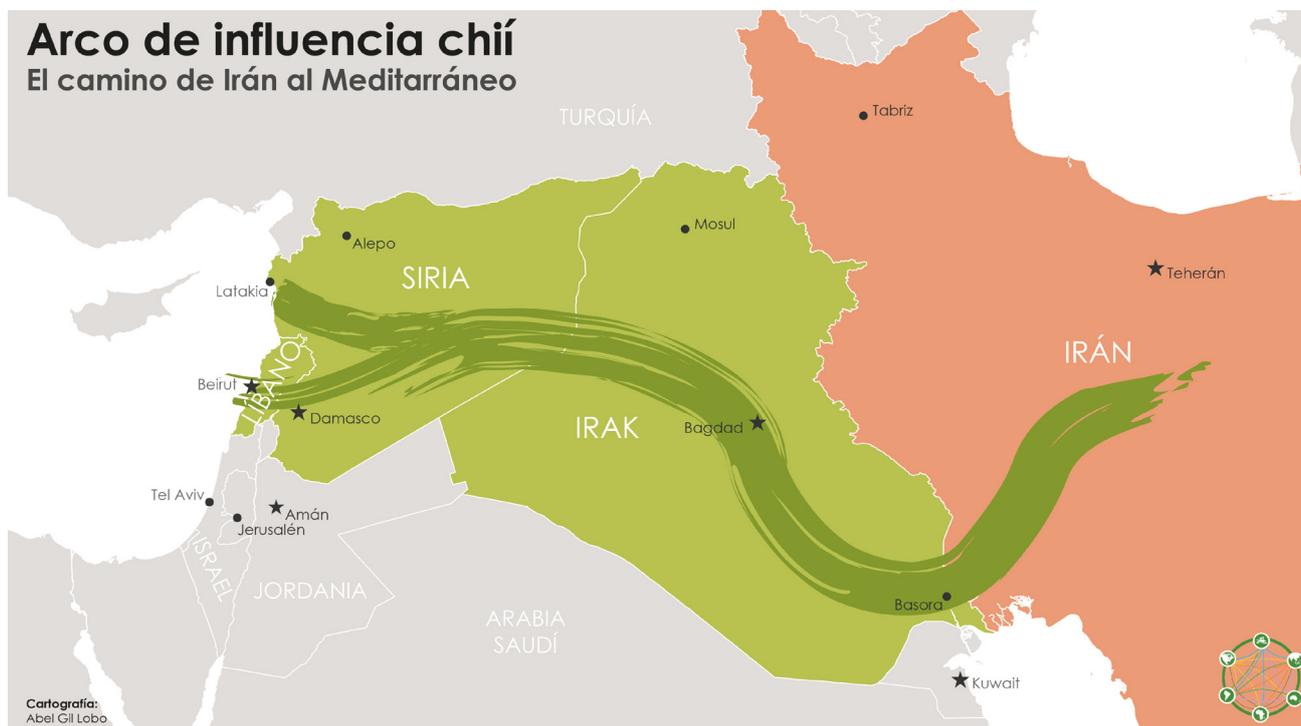
Para o Iraque e o Irã, grandes produtores de petróleo, uma nova rota de transporte através da Síria enfraqueceria a política energética russa e ampliaria as oportunidades de mercados na Europa. Mesmo com as sanções do Conselho de Segurança da ONU contra o programa nuclear iraniano, os europeus veem no Irã a possibilidade de reduzir a sua dependência do gás russo.

Por não ter uma produção expressiva (e aparentemente nem recursos em seu subsolo para tal) resta à Síria transformar seu território em um enorme corredor energético, o que o coloca como ponto central nas discussões sobre o futuro da política energética da Europa. De fato, ambos os corredores energéticos (tanto o proposto pela Turquia, quanto o proposto por Irã e Iraque) que buscam atravessar a Síria diminuiriam os custos logísticos ao desviarem do périplo africano, tratando-se de rotas mais seguras para o transporte das exportações e com trajeto mais curto.

Dessa forma, quem detém a Síria controla a saída para o Mediterrâneo (ver Figura 3), e desestabilizar o governo sírio e retirar Assad de seu controle é estratégico para a Turquia, a Jordânia, a Arábia Saudita, o Qatar, a União Europeia e os EUA. Já para a Rússia, torna-se vital manter Assad no controle do país.

³ Doutrina Bush foi um termo utilizado para descrever uma série de princípios relacionados com a política externa do ex-presidente dos Estados Unidos George W. Bush, declarados como resultado dos atentados de 11 de setembro de 2001. A ideia, inicialmente descrita na política que os Estados Unidos tinham o direito de tratar como terroristas os países que abrigam ou dão apoio aos grupos terroristas, foi utilizada para justificar a invasão do Afeganistão.

Figura 3: Mapa de posicionamento da Síria no Oriente Médio para o Mar Mediterrâneo



Fonte: <https://elordenmundial.com/el-nuevo-mapa-de-oriente-proximo/>

C. Afeganistão: a agenda energética da Ásia central

A revista alemã Der Spiegel citou que o ex-Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, comentou certa vez: “O petróleo é importante demais para que o deixemos para os árabes”.

A Guerra do Afeganistão (também chamada de Segunda Guerra do Afeganistão) é o nome dado à atual fase da guerra civil afegã, iniciada em outubro de 2001, à revelia das Nações Unidas, que não autorizaram a invasão do país. O objetivo declarado da invasão era encontrar Osama bin Laden e outros líderes da Al-Qaeda, destruir toda a organização e remover do poder o regime do Talibã, que alegadamente dera apoio a Bin Laden. A invasão marca o início da guerra contra o terrorismo, declarada pelo governo Bush, após os atentados de 11 de setembro (novamente dentro da Doutrina Bush, como visto).

A guerra segue e, atualmente, encontra-se em fase de conversações de paz. Em 2019, houve alguma luz

na diplomacia EUA-Talibã. Pela primeira vez desde o início da guerra, Washington priorizou chegar a um acordo com os insurgentes. Após meses de conversas silenciosas, o enviado dos EUA e os líderes do Talibã concordaram e rubricaram um texto preliminar. Sob o acordo, os EUA se comprometeram a retirar suas tropas do Afeganistão - a principal demanda do Taliban - e, em troca, os insurgentes prometeram sair da Al-Qaeda, impedir que o Afeganistão fosse usado para planejar ataques no exterior e iniciar negociações com o Governo afegão, bem como outros principais agentes do poder. Em dezembro de 2019, ocorreu um comprometimento de “redução da violência”, similar a um cessar-fogo, que começou em fevereiro de 2020. Segundo o entendimento, em troca da redução das hostilidades e na gradual renúncia dos talibãs à violência, as tropas da OTAN iniciariam sua retirada do território afegão após quase vinte anos. Contudo, o acordo não agradou todas as partes, com o governo afegão rejeitando a ideia de libertar prisioneiros do Talibã sem conversações mais amplas.

Figura 4: Rotas de escoamento – Ásia Central



Fonte: Philippe Rekacewicz, 2020

Para além das questões relacionadas ao combate ao terrorismo, a agenda energética da Ásia Central não é uma situação desprezível, e a construção e passagem de vários dutos pela região encerram questões estratégicas de segurança de abastecimento, especialmente para China e Índia (como alternativas ao fornecimento de gás Russo). O TAPI, por exemplo, representa o duto que atravessa Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia, empreendimento da empresa norte-americana UNOCAL, e que não poderá ser construído enquanto as forças de ocupação estadunidenses e da OTAN estiverem combatendo contra a resistência do Talibã na região. Interesses chineses, americanos, iranianos, russos, e obviamente, afegãos, estão intrincados nessa narrativa. Entretanto, ainda que pareça estar em uma fase mais pacífica, mais pessoas estão sendo mortas como resultado dos combates no Afeganistão do que em qualquer outro conflito atual no mundo.

Qualquer acordo deve pavimentar o caminho para as negociações entre os afegãos, o que significa amarrar o

ritmo da retirada das tropas dos EUA não apenas às metas de combate ao terrorismo, mas também à participação de boa-fé do Talibã nas negociações com o governo afegão e outros líderes afegãos poderosos. Um acordo EUA-Talibã marcaria apenas o começo de um longo caminho para um acordo entre os afegãos, o que é um pré-requisito para a paz. Mas quase certamente oferece a única esperança de acalmar a guerra mais mortal de hoje.

D. Líbia: arena para competições externas

A guerra na Líbia corre o risco de piorar nos próximos meses, à medida que as facções rivais dependem cada vez mais do apoio militar estrangeiro para mudar o equilíbrio de poder. A ameaça de grande violência surgiu desde que o país se dividiu em duas administrações paralelas após as eleições contestadas em 2014. As tentativas da ONU de reunificação fracassaram e, desde 2016, a Líbia está dividida entre o governo internacionalmente reconhecido do primeiro-ministro Fayez al-Sarraj, em Trípoli, e um governo rival baseado em Tobruk, no leste da Líbia, sob

a liderança do Marechal Khalifa Haftar. O Estado Islâmico estabeleceu um pequeno ponto de apoio, mas foi derrotado; milícias lutaram pela infraestrutura de petróleo na costa do país; e confrontos tribais perturbaram o vasto deserto no sul. Mas a luta nunca se transformou em um confronto mais amplo.

Em abril de 2019, as forças comandadas por Khalifa Haftar, apoiadas pelo governo no leste, sitiaram Trípoli, levando o país à guerra total. Haftar afirma estar combatendo terroristas. Na realidade, embora alguns de seus rivais sejam islâmicos, são as mesmas milícias que derrotaram o Estado Islâmico, com apoio dos EUA e de outros países ocidentais, há três anos.

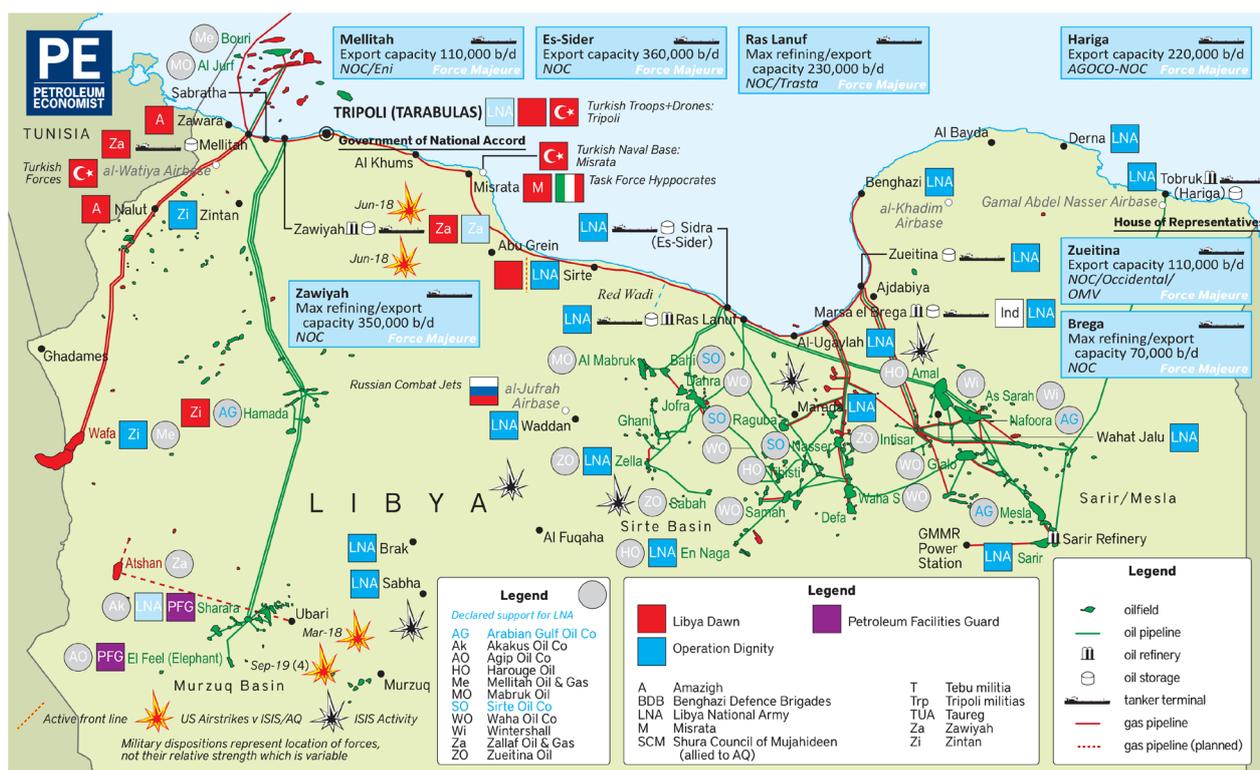
A Líbia tem sido uma arena para competições externas. No caos após a derrubada do ex-líder Muammar al-Gaddafi em 2011, as facções concorrentes buscaram o apoio de patrocinadores estrangeiros. As rivalidades regionais cobriram a divisão entre os dois governos

rivais e suas respectivas coalizões militares, com o Egito e os Emirados Árabes Unidos (EAU) apoiando as forças lideradas por Haftar, enquanto a Turquia e o Catar apoiam os grupos armados ocidentais leais a Sarraj.

A indústria petrolífera da Líbia também permanece em crise, impedida por um bloqueio dos principais portos e campos impostos por Haftar em janeiro de 2020. Desde então, a produção caiu de 1,2 milhão de barris por dia para cerca de 90.000, principalmente de poços *offshore*, com perdas de exportação acima de US\$ 5 bilhões.

A guerra civil da Líbia, que celebra seu sexto aniversário em julho, agora está centrada na luta pelo petróleo, apesar de pontos de interrogação sobre se o mercado poderia absorver a retomada da produção da Líbia. O combate está focado na fronteira dos campos da Bacia Sirte, à oeste, que, em circunstâncias normais, respondem por dois terços da produção nacional.

Figura 5: Conflitos na Líbia



Fonte: Petroleum Economist, 2020

A mais recente ofensiva de Haftar encontrou apoio não apenas no Cairo e Abu Dhabi, mas também em Moscou, que forneceu ajuda militar a Haftar. O presidente dos EUA, Donald Trump, cujo governo apoiou o governo Sarraj e o processo de paz apoiado pela ONU desde que assumiu o cargo, reverteu o curso em abril de 2019, após uma reunião com o presidente egípcio Abdel Fattah al-Sisi. A Turquia, por sua vez, aumentou o apoio a Trípoli, ajudando até agora a impedir sua queda por Haftar.

Como resultado, os protagonistas do conflito não são mais apenas grupos armados em Trípoli, defendendo um ataque de um comandante militar rebelde. Em vez disso, os drones e aviões dos Emirados, centenas de empreiteiros militares russos e soldados africanos recrutados para as forças de Haftar enfrentam drones e veículos militares turcos, levantando o espectro de uma escalada batalha por procuração no Mediterrâneo.

A proliferação de atores também frustra os esforços para acabar com o derramamento de sangue. Uma tentativa liderada pela ONU em Berlim para trazer as partes de volta à mesa parece estar acabando. Não é claro se a conferência de paz que a ONU e a Alemanha esperavam reunir no início de 2020 será incerta. Para encerrar a guerra, as potências estrangeiras precisariam parar de armar seus aliados líbios e pressioná-los a negociar, mas as perspectivas desse acontecimento parecem sombrias. O resultado poderia ser um impasse mais destrutivo ou uma aquisição de Trípoli que poderia dar origem a prolongados combates de milícias, em vez de um governo único e estável.

E. USA/ Irã/ Israel/ Golfo Pérsico: tensões, tensões e mais tensões

As tensões entre os EUA e o Irã aumentaram perigosamente em 2019; o próximo ano poderá trazer

sua rivalidade ao ponto de ebulição. A decisão do governo Trump de retirar-se do acordo nuclear de 2015 e impor sanções unilaterais crescentes contra Teerã infligiu custos significativos, mas até agora não produziu a rendição diplomática que Washington busca nem o colapso interno pelo qual pode esperar. Em vez disso, o Irã respondeu ao que considera um cerco total, incrementando progressivamente seu programa nuclear em violação do acordo, flexionando agressivamente sua força regional e suprimindo firmemente qualquer sinal de inquietação doméstica. Também cresceram as tensões entre Israel e o Irã. A menos que esse ciclo seja interrompido, o risco de um confronto mais amplo aumentará.

A mudança de Teerã de uma política de paciência máxima para uma de resistência máxima foi consequência dos EUA jogarem com seu poder coercitivo: acabar com as isenções já limitadas nas vendas de petróleo do Irã. Vendo pouco alívio das partes restantes do acordo nuclear, o presidente Hassan Rouhani anunciou, em maio, que seu governo começaria a violar o acordo de forma incremental. Desde então, o Irã quebrou limites em suas taxas de enriquecimento de urânio e tamanhos de estoque, começou a testar centrífugas avançadas e reiniciou sua planta de enriquecimento em seu bunker Fordow. A cada nova violação, o Irã pode ocultar os ganhos de não proliferação do acordo na medida em que os signatários europeus decidam que devem impor suas próprias penalidades. Em algum momento, os avanços do Irã podem levar Israel ou os EUA a recorrer à ação militar.

Uma série de incidentes no Golfo em 2019, culminando no ataque de 14 de setembro às instalações de energia sauditas, destacou como o impasse entre EUA e Irã reverbera por toda a região. Enquanto isso, ataques militares israelenses recorrentes contra alvos iranianos

e ligados ao Irã na Síria e no Líbano - assim como no Iraque e na bacia do Mar Vermelho, segundo Teerã - apresentam uma nova frente perigosa. Qualquer um desses pontos pode explodir, a qualquer momento.

O reconhecimento das altas apostas e dos custos da guerra levou alguns rivais do Golfo do Irã a buscar uma diminuição, mesmo enquanto continuam apoiando a abordagem de “pressão máxima” do governo Trump. Os Emirados Árabes abriram linhas de comunicação com Teerã e a Arábia Saudita iniciou um diálogo sério com os houthis do Iêmen, movimento xiita aliado ao Irã.

O potencial de conflito também levou a esforços, liderados pelo presidente francês Emmanuel Macron, para ajudar os EUA e o Irã a encontrar uma saída diplomática. O presidente dos EUA, Donald Trump, ansioso para evitar a guerra (com foco em sua reeleição), está disposto a ouvir sua proposta.

Mas com profunda desconfiança, cada lado tendeu a esperar que o outro fizesse a primeira concessão. Ainda é possível um avanço diplomático para diminuir as tensões entre os estados do Golfo e o Irã ou entre Washington e Teerã. Mas, com as sanções e o Irã revidando, o tempo está se esgotando.

2. CHOCKEPOINTS

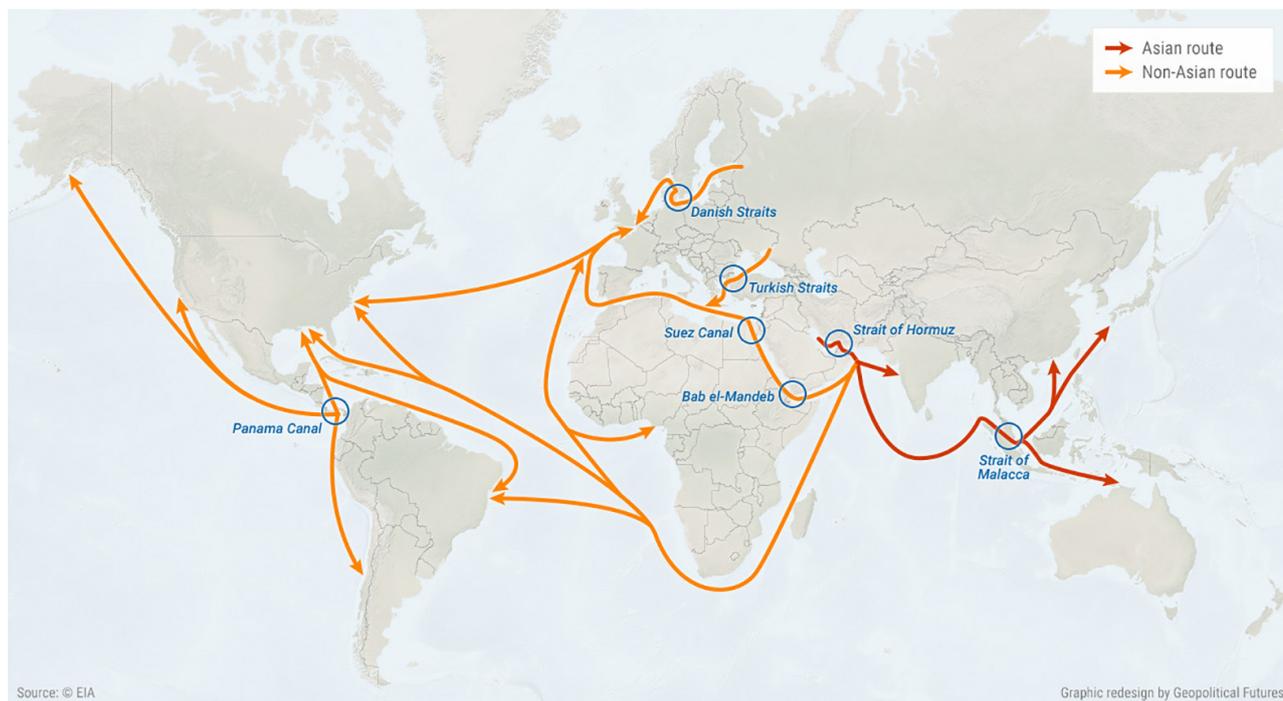
Como já mencionado nos Fundamentos de Petropolítica I e II, a maior parte do petróleo produzido no mundo é comercializado internacionalmente. Esses fluxos internacionais de comércio obedecem lógicas logísticas de pontos de produção em direção a *hubs* de distribuição e/ou locais de destino de consumo. São várias as rotas de circulação de navios petroleiros e gaseiros pelo mundo, e muitas delas com delicados pontos de passagem denominados *chockepoints* ou ponto de estrangulamento.

Um ponto de estrangulamento refere-se a um ponto de congestionamento natural ao longo de duas passagens navegáveis amplas e importantes. Os pontos de estrangulamento marítimo são naturalmente canais estreitos de transporte com alto tráfego por causa de suas localizações estratégicas.

Os estrangulamentos marítimos, ou estrangulamentos de petróleo, são caminhos congestivos em algumas das famosas rotas marítimas do mundo. Existem muitos desses pontos de estrangulamento, no entanto, alguns deles são extremamente famosos e, portanto, enfrentam altos conflitos internacionais de segurança e ameaças terroristas transfronteiriças.

A maioria dos pontos de estrangulamento pode ser contornada usando outras rotas, mas em alguns casos nenhuma alternativa prática está disponível. O redirecionamento para evitar pontos de estrangulamento pode resultar em perturbações substanciais, geralmente exigindo que os navios desviem por milhares de quilômetros e aumentando significativamente o tempo de trânsito (EIA, 2020).

Os mercados de energia do mundo aumentam e diminuem em rotas de transporte confiáveis.

Figura 6: Principais *chockepoints*

Fonte: EIA, 2020

Bloquear um ponto de estrangulamento, mesmo que temporariamente, pode levar a aumentos substanciais nos custos totais de energia e nos preços mundiais de energia. Os pontos de estrangulamento também deixam os petroleiros vulneráveis ao roubo de piratas, ataques terroristas, agitação política na forma de guerras ou hostilidades e acidentes de transporte que podem levar a derramamentos desastrosos de petróleo (EIA, 2019).

ESTREITO DE HORMUZ⁴

Este é o ponto de estrangulamento mais importante do mundo. Em 2019, cerca de 18% - 18 milhões de barris por dia (b / d) - de todo o petróleo bruto transoceânico e outros líquidos de petróleo fluíram por esse estreito.

Cerca de 80% do petróleo movimentado por esse estrangulamento foi para os mercados asiáticos, estima a EIA. O estreito pode lidar com os maiores navios petroleiros do mundo, mas pode estar sujeito à incerteza geopolítica a qualquer momento. O Irã já havia se manifestado sobre

a interrupção do tráfego no estreito; a certa altura, Teerã ameaçou minar a hidrovía.

Existem opções de desvio, mas a maioria não está operacional. Somente a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos têm oleodutos que podem transportar petróleo para fora do Golfo Pérsico e têm a capacidade adicional necessária para contornar o estreito.

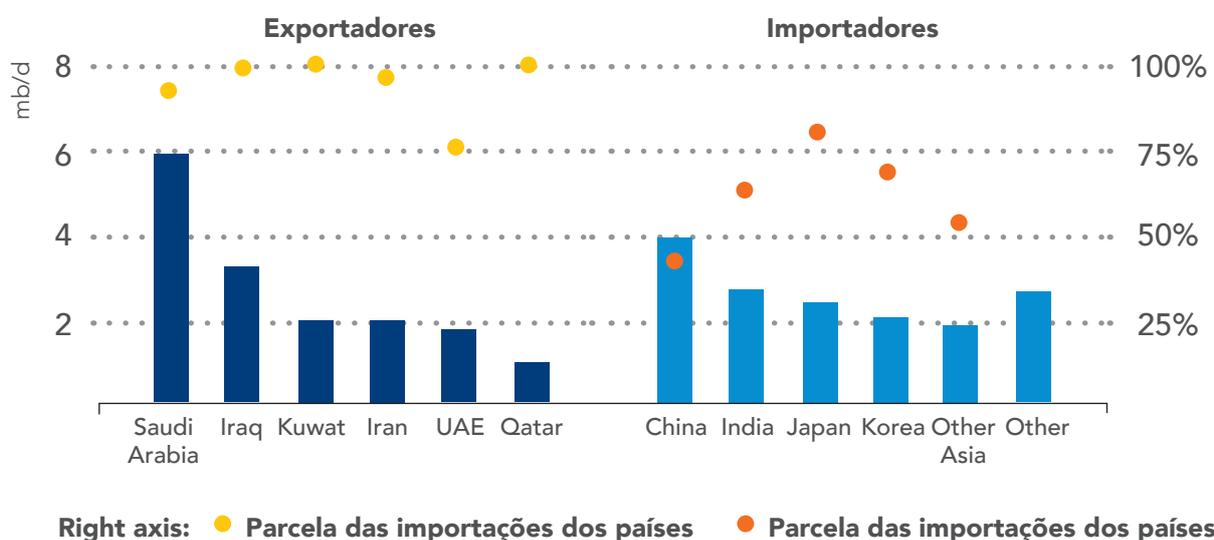
Na Figura 7, pode-se observar o fluxo de petróleo que trafega pelo Estreito de Hormuz – 6 MM de barris por dia advindos da Arábia Saudita e 4 MM em direção à China.

ESTREITO DE MALACA

Esta é a passagem mais curta, conectando o Oceano Índico ao Mar da China Meridional e ao Oceano Pacífico. Essa rota fornece petróleo para a China e Indonésia, duas das economias que mais crescem no mundo, e é o principal ponto de estrangulamento na Ásia. Cerca de 16 milhões de b/d fluíram por aqui em

⁴ FONTE: <https://www.brinknews.com/world-oil-trade-hinges-on-these-8-vulnerable-chokepoints/>

Figura 7: Maiores exportadores e importadores de óleo cru com passagem pelo Estreito de Hormuz em 2018.



Fonte: EIA, 2019

2018, tornando-se a segunda passagem de energia mais importante.

O Estreito de Malaca está entre os pontos de estrangulamento mais estreitos do mundo, medindo apenas 2,7 quilômetros no seu ponto mais largo. A percepção internacional é a de que se o estreito de Malaca fosse bloqueado, quase metade da frota do mundo seria obrigada a redirecionar o arquipélago indonésio, o que aumentaria os custos de remessa e potencialmente afetaria os preços da energia.

Para complicar a situação, a região também é um ponto para pirataria e sequestros marítimos, tendo ampliado de oito para trinta incidentes entre 2018 e 2019⁵.

CANAL DE SUEZ

Essa passagem representou cerca de 9% do comércio marítimo mundial de petróleo em 2018, ou 5,5 milhões b/d.

O canal foi ampliado em 2010 para permitir a passagem

de 60% de todos os navios-tanque do mundo, informou a EIA. Embora a região esteja sujeita a distúrbios políticos, a queda de Hosni Mubarak, em 2011, dificilmente impediu o transporte marítimo. Ainda assim, a segurança continua sendo um problema. Um ataque planejado com foguetes contra navios de carga que passam pela região foi frustrado em 2013.

ESTREITO DE BAB EL-MANDEB

Se o estreito de Bab el-Mandeb fosse fechado, poderia impedir que os navios-tanque do Golfo Pérsico chegassem ao Canal de Suez, desviando-os para o Cabo da Boa Esperança, outro ponto de estrangulamento do mundo. Estima-se que 4,8 milhões de b/d fluam por esse estreito a caminho da Europa, Estados Unidos e Ásia, informou a EIA (2019).

O estreito é outra passagem restrita, com apenas 28 quilômetros de largura em seu ponto mais estreito, o que limita o tráfego de navios-tanque a dois canais de 3,2 quilômetros de largura.

⁵ <https://www.scmp.com/news/asia/south-asia/article/3043744/piracy-incident-along-straits-malacca-and-singapore-surge>

ESTREITOS TURCOS

Os Estreitos da Turquia (Bósforo e Dardanelos) são importantes para o transporte do petróleo que chega ao Mar Negro via oleodutos provenientes da região do Mar Cáspio. No entanto, os estreitos registraram volumes decrescentes desde 2011, caindo para 2,4 milhões de barris/dia em 2016. O petróleo que passa por esses estreitos abastece a Europa Ocidental e Meridional.

Os estreitos têm apenas 800 metros de largura no ponto mais apertado, tornando-os um dos cursos de água mais difíceis para navegar para navios maiores.

O CANAL DO PANAMÁ

Ironicamente, o canal não é uma rota significativa para o petróleo dos EUA, e sua expansão recente provavelmente não alterará significativamente os fluxos de petróleo e produtos derivados de petróleo, disse a EIA. Apenas cerca de 0,9 milhão de b/d fluem através do canal.

O ponto mais estreito do canal tem apenas 33 metros de

largura, o que significa que os super petroleiros maiores precisam evitá-lo completamente.

O ESTREITO DINAMARQUÊS

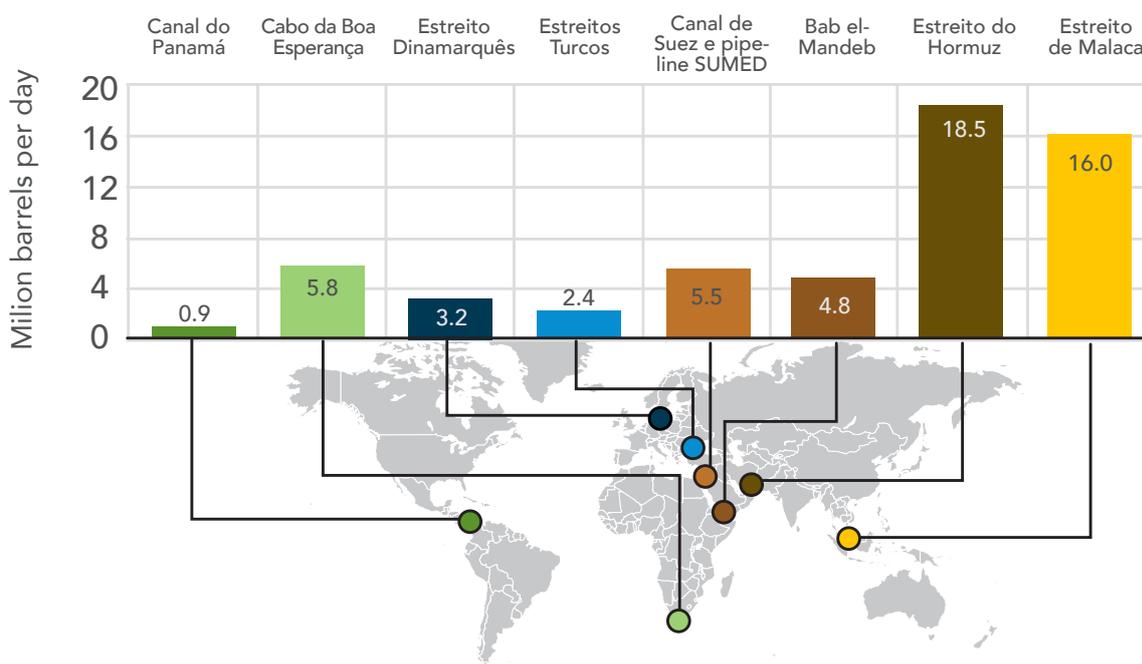
Essa passagem é crucial para as exportações de petróleo da Rússia para a Europa, conectando o Mar Báltico ao Mar do Norte. Estima-se que 3,2 milhões de b/d de petróleo fluíram por aqui em 2018.

CABO DA BOA ESPERANÇA

O Cabo não é tecnicamente um ponto de estrangulamento, mas seu status como uma importante rota comercial global qualifica-o como um ponto de estrangulamento, pois é responsável por cerca de 9%, ou 5,8 milhões de b/d, de todo o comércio marítimo de petróleo.

O Cabo também é uma rota alternativa padrão para navios que viajam para o oeste que desejam contornar o Estreito de Bab el-Mandeb ou o Canal de Suez. No entanto, desviar-se do Cabo aumenta o custo e o tempo de envio - até 15 dias adicionais em trânsito para a Europa e 10 dias para os EUA.

Figura 8: Volume de petróleo transitado pelos estreitos em 2016



Fonte: EIA, 2018



Fernanda Delgado é professora e Assessora Estratégica na FGV Energia. Professora do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, via convênio com a FGV. Doutora em Planejamento Energético, Mestre em Tecnologia da Informação e dois livros publicados sobre Petropolítica. Experiência profissional em empresas relevantes, no Brasil e no exterior, como Petrobras, Deloitte, Vale SA, Vale Óleo e Gás, Universidade Gama Filho e Agência Marítima Dickinson. Na FGV Energia é responsável pela coordenação do MBA em Gestão no Setor de Óleo e Gás e pelas linhas de pesquisa em petróleo, gás, biocombustíveis e transição energética, destacando-se: Descomissionamento, Downstream, Reservatórios de baixa permeabilidade, Reservas de gás natural, Planejamento energético e Geopolítica dos recursos energéticos.

Agradecimentos especiais a João Vitor Marques.

Este artigo expressa a opinião do autor, não representando necessariamente a opinião institucional da FGV.

Mantenedores FGV Energia

Ouro



Prata



FGV ENERGIA

fgv.br/energia